

**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



A PEC 55 e seus impactos na Previdência Social

Maria Lucia Fattorelli

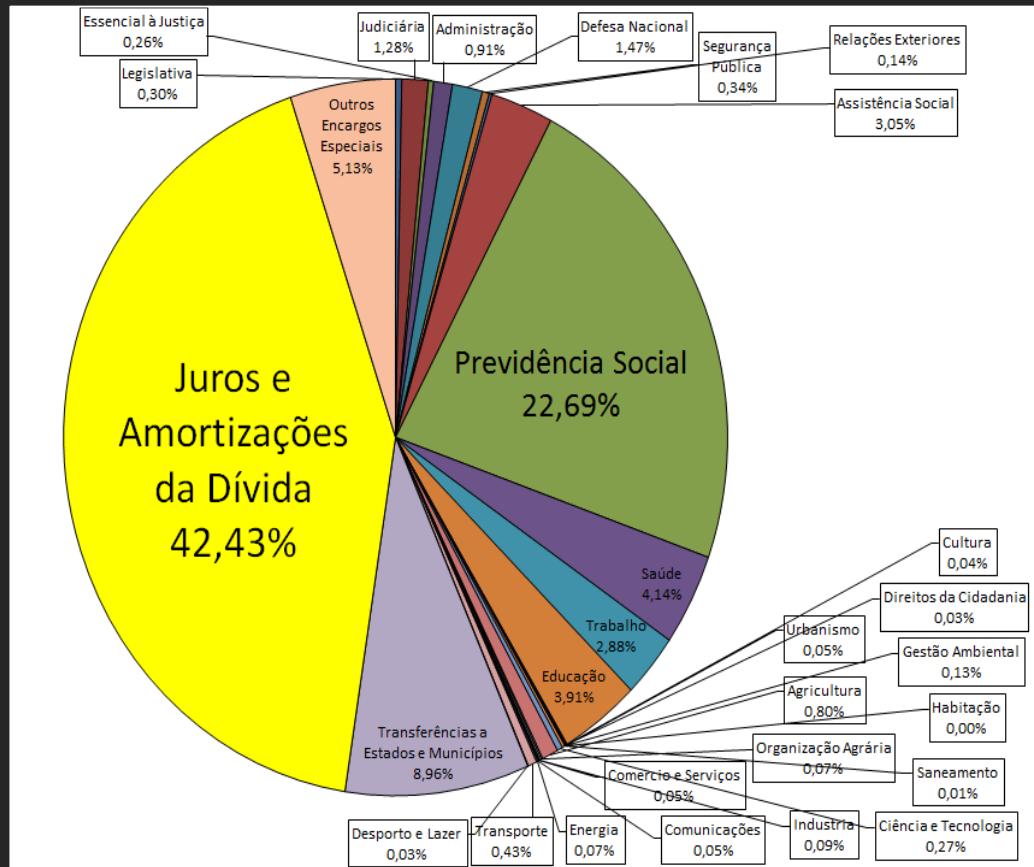
Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal: “A PEC 55 e seus impactos na Previdência Social”
Brasília, 21 de novembro de 2016

PEC 55 (PEC 241)

- ✓ Institui Novo Regime Fiscal para vigorar por vinte anos
- ✓ Estabelece **TETO** somente para as **DESPESAS PRIMÁRIAS**, que ficarão congeladas, disputando recursos sob esse teto durante 20 anos!
- ✓ **DESPESAS FINANCEIRAS**, que já consomem quase a metade do orçamento federal todo ano, ficarão com toda a sobra de recursos

A PEC 55 VISA PRIVILEGIAR O SETOR FINANCEIRO

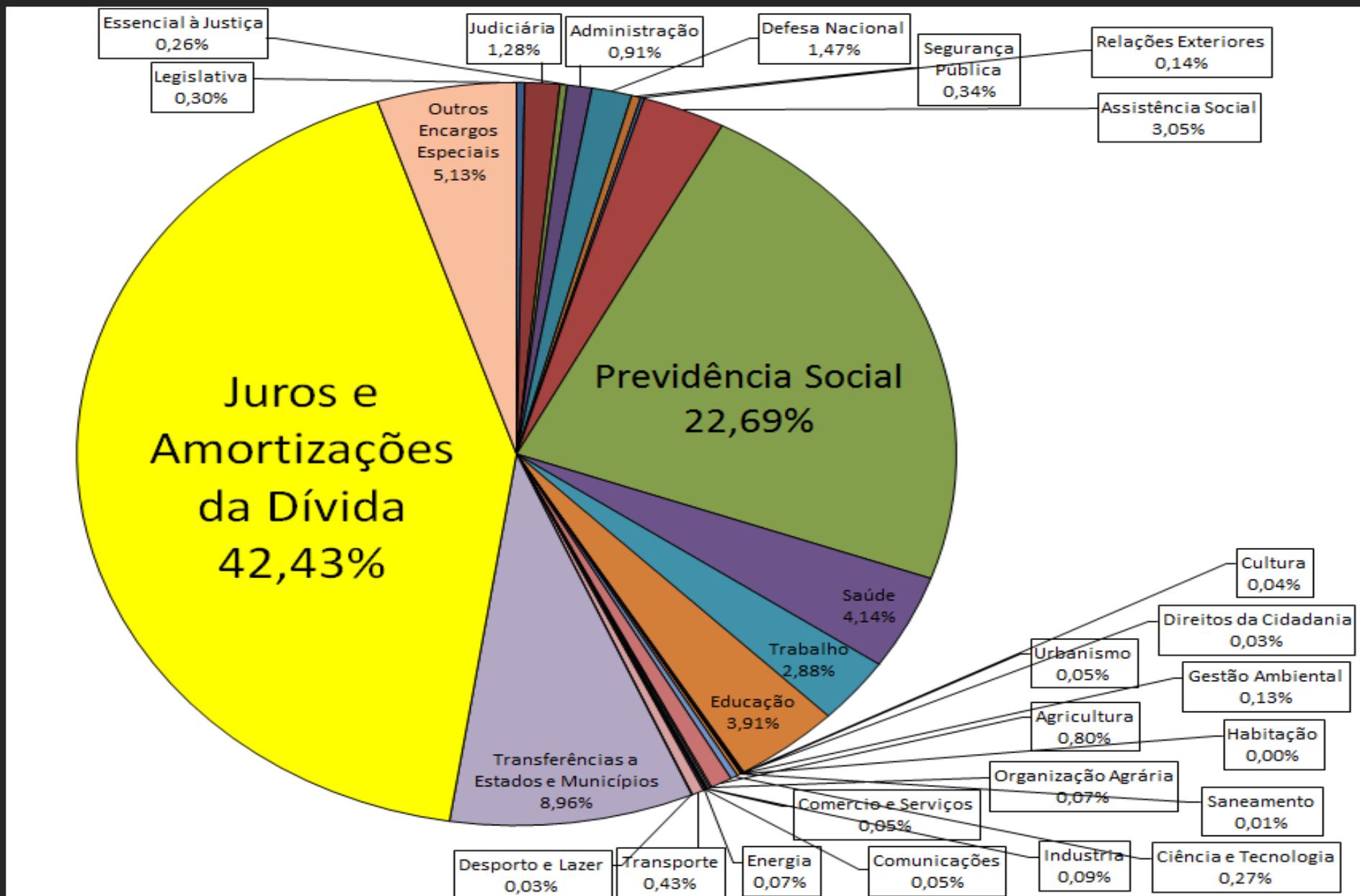
PEC 55 irá aumentar a gastaça financeira



PEC 55 provocará incremento ainda maior dos gastos com juros e amortizações da dívida, em detrimento de todas as despesas primárias, que ficarão congeladas por 20 anos!

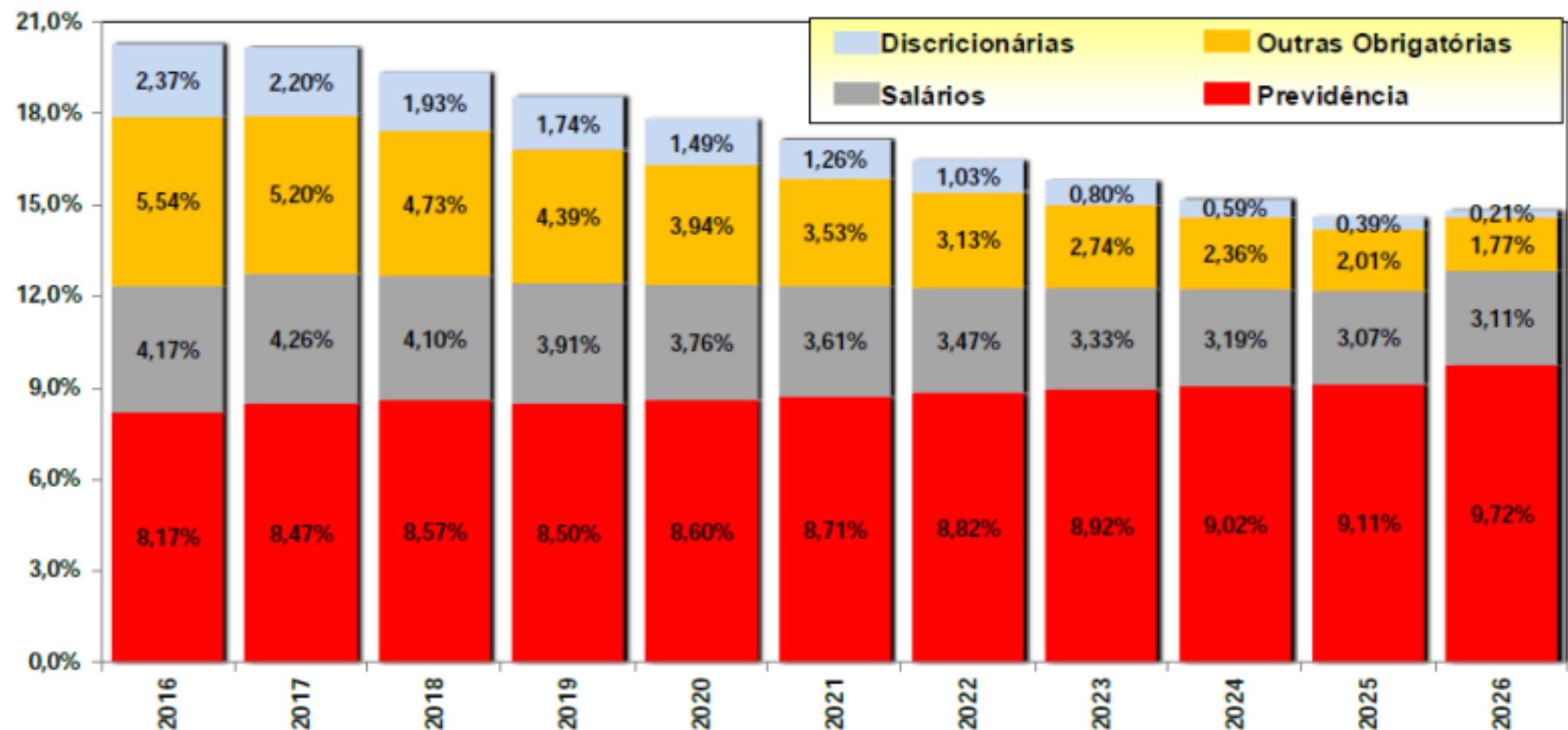
A Previdência é o foco primordial do mercado financeiro

Orçamento Geral da União 2015 (Executado) Total = R\$ 2,268 trilhão



A PEC 241 é só o primeiro passo para uma série de Reformas Adicionais

Simulação da Despesa como proporção do PIB* – classe de dispêndio

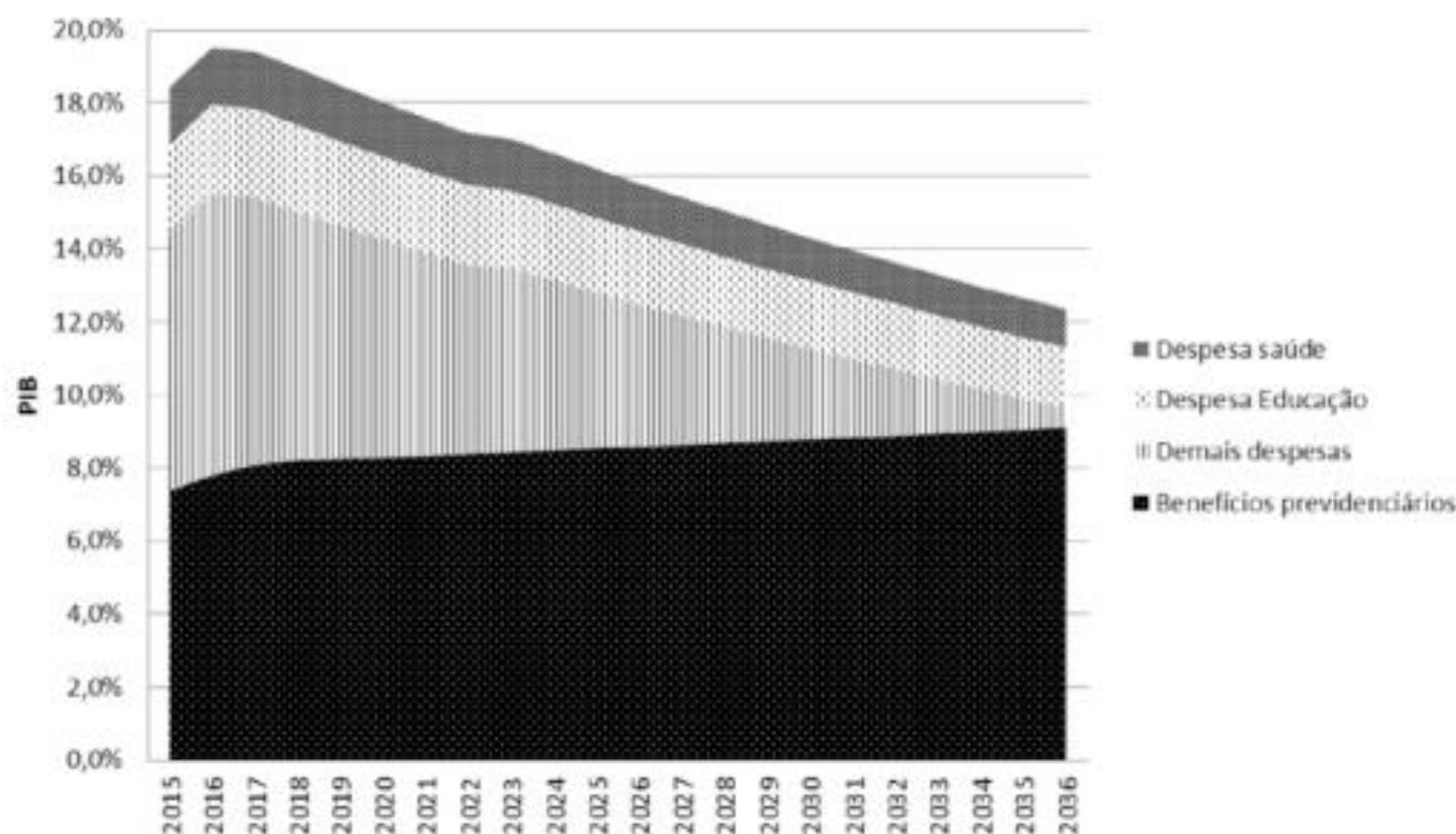


Fonte: Tesouro Nacional Elaboração: BRADESCO (*) considerou-se PIB crescendo 3% real ao ano a partir de 2018. Apresentação da Profa. Esther Dweck - <https://goo.gl/TK8oVt>

A PEC 55 exigirá elevados cortes na Previdência

Figura 5: SIMULAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS SOB O NOVO REGIME FISCAL
2015-2016

Fonte: Elaboração própria



PEC 55: RISCOS PARA OS TRABALHADORES E PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

- RESTRIÇÃO A CONCURSOS, CONTRATAÇÕES, REAJUSTES, ESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS, AUXÍLIOS, ABONOS etc.

Sanções em caso de descumprimento do teto:

- Proíbe a criação de despesa obrigatória
- Proíbe medidas que ampliem despesas obrigatórias acima da inflação
 - * inclusive proibindo ganho real do salário mínimo
- Vedada a concessão da revisão geral prevista na Constituição para servidores
- As vedações se aplicam também a proposições legislativas

PEC 55

**NÃO ENFRENTA AS VERDADEIRAS AMARRAS QUE IMPEDEM
O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

- ✓ MODELO ECONÔMICO VOLTADO PARA METAS ESTÉREIS
- ✓ MODELO TRIBUTÁRIO INJUSTO E REGRESSIVO
- ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA: JUROS EXTORSIVOS (sobre dívida nunca auditada, sobre a qual recaem graves indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes) E RESTRIÇÃO BRUTAL DA BASE MONETÁRIA
- ✓ ESCASSEZ DE INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SAÚDE, INFRAESTRUTURA, REFORMA AGRÁRIA, etc.
- ✓ EXPLORAÇÃO MINERAL PREDATÓRIA

SENADO ESTÁ SURDO AO CLAMOR SOCIAL ? INÚMERAS MANIFESTAÇÕES

Nota da CNBB sobre a PEC 241 <https://goo.gl/OmASvH>

A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública.

COFECON diz NÃO à PEC 55 <https://goo.gl/nF4lSR>

Contudo, em lugar deste debate, adota-se o caminho mais fácil, jogando o ônus nos ombros dos mais pobres. Dessa forma, o governo traça um falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente gastança do setor público, em particular em relação às despesas com saúde, educação, previdência e assistência social, responsabilizando-as pelo aumento do déficit público, omitindo-se as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita e o elevado grau de corrupção.

SENADO ESTÁ SURDO À CONSULTORIA ?

da Consultoria Legislativa

**AS INCONSTITUCIONALIDADES DO “NOVO REGIME FISCAL”
INSTITUÍDO PELA PEC Nº 55, DE 2016 (PEC Nº 241,
DE 2016, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

<https://goo.gl/t4S82D>

- ✓ Viola Cláusulas Pétreas da Constituição Federal
- ✓ Viola o Princípio da Separação dos Poderes
- ✓ Viola o Princípio da Segurança Jurídica
- ✓ Viola o Princípio da Razoabilidade e os subprincípios da Proporcionalidade Adequação ou Idoneidade; da Necessidade ou Exigibilidade
- ✓ Violação ao voto direto, secreto, universal e periódico
- ✓ Viola o princípio da intranscendência da pena em sua dimensão institucional

SENADO ESTÁ SURDO A DENÚNCIAS ?

DENÚNCIA apresentada pela Auditoria Cidadã da Dívida <https://goo.gl/u38SeQ>

- ✓ **BURLA** ao Art. 167, III, da Constituição
- ✓ Inviabilidade ao cumprimento dos objetivos fundamentais da República previsto no **Art. 3º** da Constituição
- ✓ Inviabilidade ao cumprimento dos direitos sociais previstos no **Art. 6º** da Constituição
 - Nota da CNBB sobre a PEC 241 (PEC 55/2016 no Senado)
- ✓ Inviabilidade ao cumprimento do disposto no **Art. 208** da Constituição relativo ao Dever do Estado com a Educação
- ✓ Inviabilidade ao cumprimento do disposto no **Art. 212** da Constituição
- ✓ Inviabilidade ao cumprimento do disposto no **Art. 196**, relativamente ao Dever do Estado com a Saúde
- ✓ Favorecimento a esquema fraudulento que envolve estatais não dependentes



MERCADO FINANCEIRO PAUTA O SENADO ?

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PEC 55 (PEC 241):

“...Torna-se, portanto, necessário estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública. Esse é o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição...”

- ✓ Congelamento de despesas **PRIMÁRIAS** por 20 anos!
- ✓ Liberdade Total, SEM TETO e SEM LIMITES, para:
 - **Juros e encargos da Dívida Pública**
 - **Empresas Estatais não dependentes**

PEC 241 ESCONDE ESQUEMA FRAUDULENTO

<https://goo.gl/OmtPZ4>

Qual é a principal determinante da CRISE FISCAL ?

Quadro XXXVI – Títulos públicos federais

Fim de período	Responsabilidade										Bacen	Total fora do Bacen	% do PIB		
	Tesouro Nacional														
	Títulos emitidos	Carteira do Bacen	Fora do Bacen									NBCE NBCF NBCA			
			LTN	LFT	NTN	Dívida securit.	CFT/CTN	TDA	BTN	Total					
2015	Jan	3 204 002	1 066 054	616 444	435 732	1 059 354	6 944	16 638	2 835	0	2 137 948	-	2 137 948	37,5	
	Fev	3 298 151	1 084 797	656 252	456 502	1 074 285	6 904	16 605	2 807	0	2 213 355	-	2 213 355	38,7	
	Mar	3 441 396	1 124 909	726 854	457 289	1 105 878	6 872	16 815	2 778	0	2 316 487	-	2 316 487	40,3	
	Abr	3 451 710	1 117 914	678 712	482 885	1 145 606	6 839	17 025	2 730	0	2 333 796	-	2 333 796	40,4	
	Mai	3 484 068	1 112 021	731 811	495 006	1 118 758	6 805	16 946	2 720	0	2 372 046	-	2 372 046	41,0	
	Jun	3 585 830	1 123 411	773 981	511 178	1 150 143	6 775	17 658	2 683	0	2 462 419	-	2 462 419	42,4	
	Jul	3 586 722	1 111 487	762 064	528 002	1 156 751	6 747	18 999	2 674	0	2 475 235	-	2 475 235	42,5	
	Ago	3 691 613	1 139 645	798 201	562 424	1 162 978	6 717	19 019	2 629	0	2 551 968	-	2 551 968	43,7	
	Set	3 802 663	1 213 927	811 239	576 417	1 172 570	6 688	19 209	2 612	0	2 588 736	-	2 588 736	44,2	
	Out	3 712 379	1 208 329	693 387	590 364	1 188 388	9 142	20 171	2 597	0	2 504 049	-	2 504 049	42,6	
	Nov	3 794 401	1 219 142	734 481	603 869	1 205 415	8 868	20 055	2 570	0	2 575 259	-	2 575 259	43,6	
	Dez	3 936 681	1 286 515	764 479	626 192	1 229 620	7 693	19 711	2 472	0	2 650 165	-	2 650 165	44,7	

DÍVIDA INTERNA CRESCEU 732 BILHÕES em 11 meses de 2015
Qual é a contrapartida dessa dívida?

O que está “quebrando” o Brasil ?

- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões em 2014/2015;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das “operações compromissadas”, realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência. Estima-se gasto de pelo menos R\$200 bilhões em 2015.

O ajuste fiscal e os cortes devem ser feitos nos juros abusivos

“O Banco Central está suicidando o Brasil”

PEC 55

INCONSTITUCIONALIDADES

JUROS
MASCARADOS DE
AMORTIZAÇÃO

CRESCIMENTO
EXPONENCIAL DA
DÍVIDA

FERE O ART. 167, III,
DA CONSTITUIÇÃO

PEC 55 burla esse
dispositivo

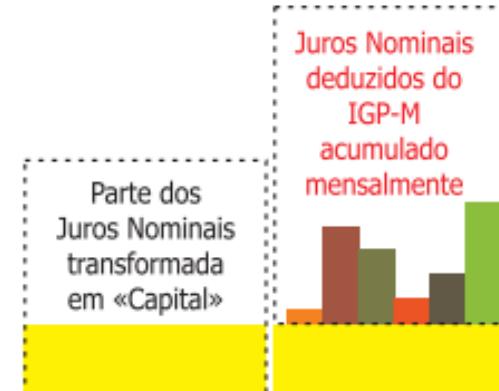
<https://goo.gl/7sPvEB>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01



Gráfico 02



Atualização
Paralela

É evidente a contabilização de juros como se fosse amortização



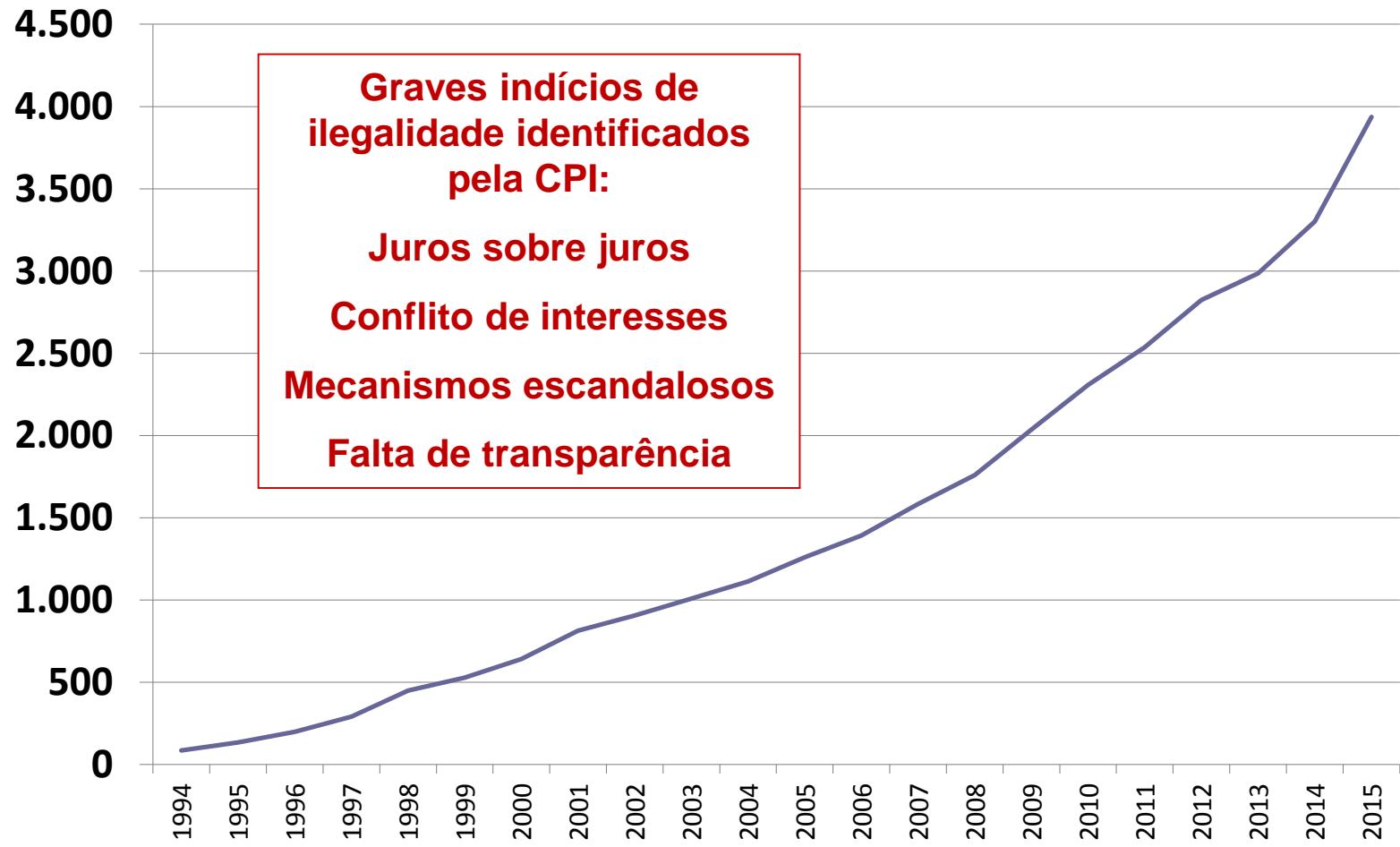
SENADO
FEDERAL

LOA 2015 - Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa - GND

R\$ 1,00

GND (Cod)	GND	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	256,867,677,140	257,837,607,881	256,456,644,167	255,479,446,116	255,070,795,692	1,645,035,549
2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	225,248,120,644	277,346,405,644	208,362,864,733	208,362,694,170	208,360,341,749	2,337,996
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,050,758,938,966	1,111,191,402,786	1,053,588,658,346	1,012,931,592,067	980,422,529,557	81,601,000,665
4	INVESTIMENTOS	83,090,584,204	80,424,536,525	37,573,716,610	13,315,686,433	9,640,124,166	29,310,085,541
5	INVERSOES FINANCEIRAS	93,287,423,376	95,655,404,099	72,191,791,798	60,286,986,079	60,254,317,093	8,993,134,587
6	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	1,131,350,310,728	1,079,956,861,204	753,868,894,737	753,868,724,050	753,850,049,574	21,073,293
9	RESERVA DE CONTINGENCIA	36,073,892,384	36,073,892,384	0	0	0	0
NÃO APLICÁ VEL	NÃO APLICÁVEL	0	0	0	0	0	0
NÃO INFOR MADO	NÃO INFORMADO	0	0	0	-8,000	0	0
TOTAL		2,876,676,947,442	2,938,486,110,523	2,382,042,570,390	2,304,245,120,916	2,267,598,157,831	121,572,667,632

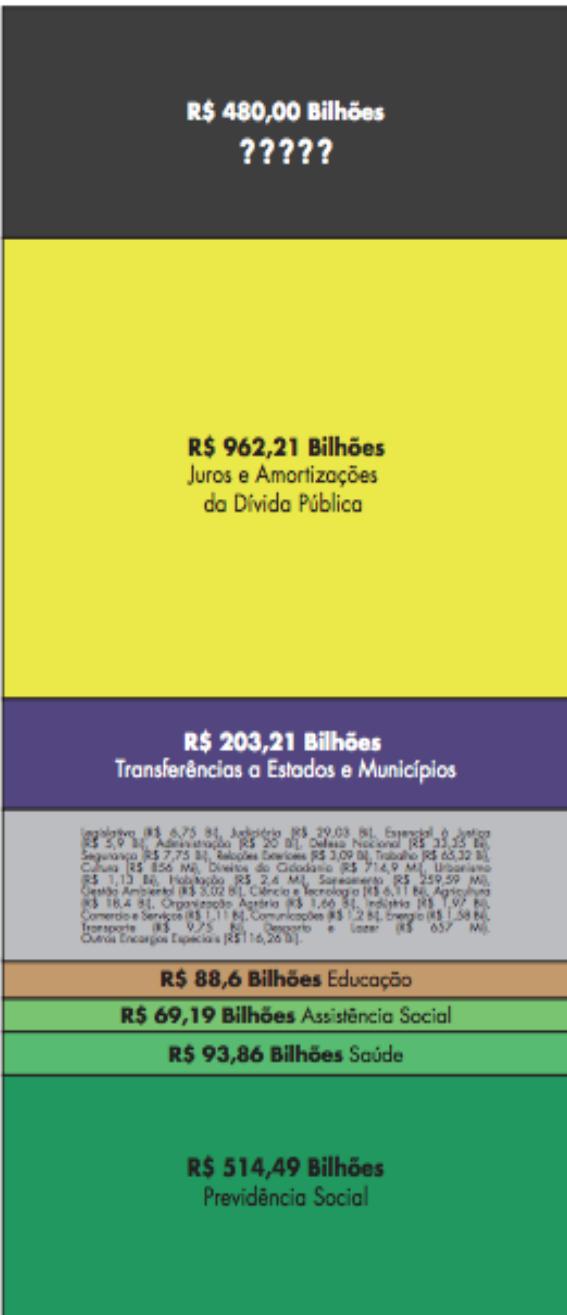
Dívida Interna Federal Bruta (R\$ bilhões)



RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES
Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES
Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



QUANDO COMPUTADAS TODAS AS CONTAS NÃO HÁ DEFICIT

SOBRARAM R\$ 480 bilhões em 2015

- Juros e amortizações da dívida: gasto mais relevante (42,43%)
 - Dívida consumiu não somente receitas financeiras, mas também outras receitas orçamentárias, retirando recursos de áreas essenciais

PEC 55 alimenta novos esquemas de GERAÇÃO DE DÍVIDA

- ILUSÃO: venda, cessão ou novação de “Dívida Ativa” podre que na verdade não sai do lugar
- CRIAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES
- EMISSÃO DE DEBÊNTURES: papel financeiro NOVO vendido a investidores privilegiados com desconto de até 60% e juros de 20% ou mais sobre o valor de face
- Imenso dano ao erário = geração de obrigação onerosa = DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA

PEC 241: teto para investimentos sociais essenciais e garantia de recurso para esquema fraudulento que o PLS 204/2016 o PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar”

PEC 55: Favorecimento a esquema financeiro fraudulento

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

Esquema financeiro ilegal rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador

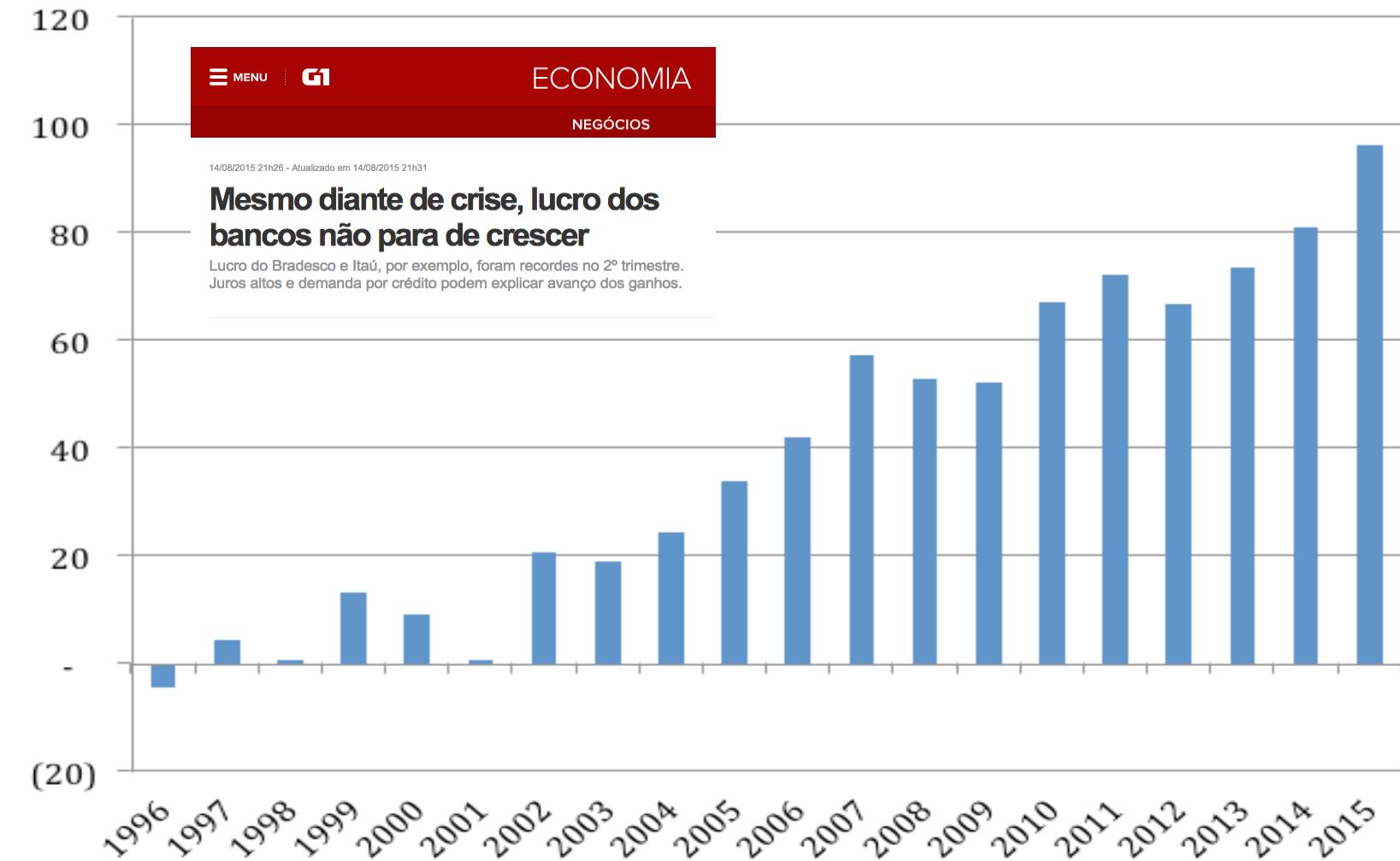
NÃO aos projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 e ao PLS 204/2016

O Congresso Nacional está para votar, com urgência, um verdadeiro escândalo:

A mesma proposta de emenda constitucional **PEC 241/2016**, que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, **garante recursos para “empresas estatais não dependentes”**. Assim, a PEC 241 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Os projetos de lei **PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015** visam “legalizar” esse esquema.

Quem ganha?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

Em 2015, apesar da desindustrialização, da queda no comércio, do desemprego e da retração do PIB em quase 4% o LUCRO DOS BANCOS foi 20% superior ao de 2014, e teria sido 300% maior não fossem as exageradas provisões que reduzem seus lucros tributáveis:

Economia

7 - CORREIO BRAZILIENSE - Brasília, quinta-feira, 4 de novembro de 2016

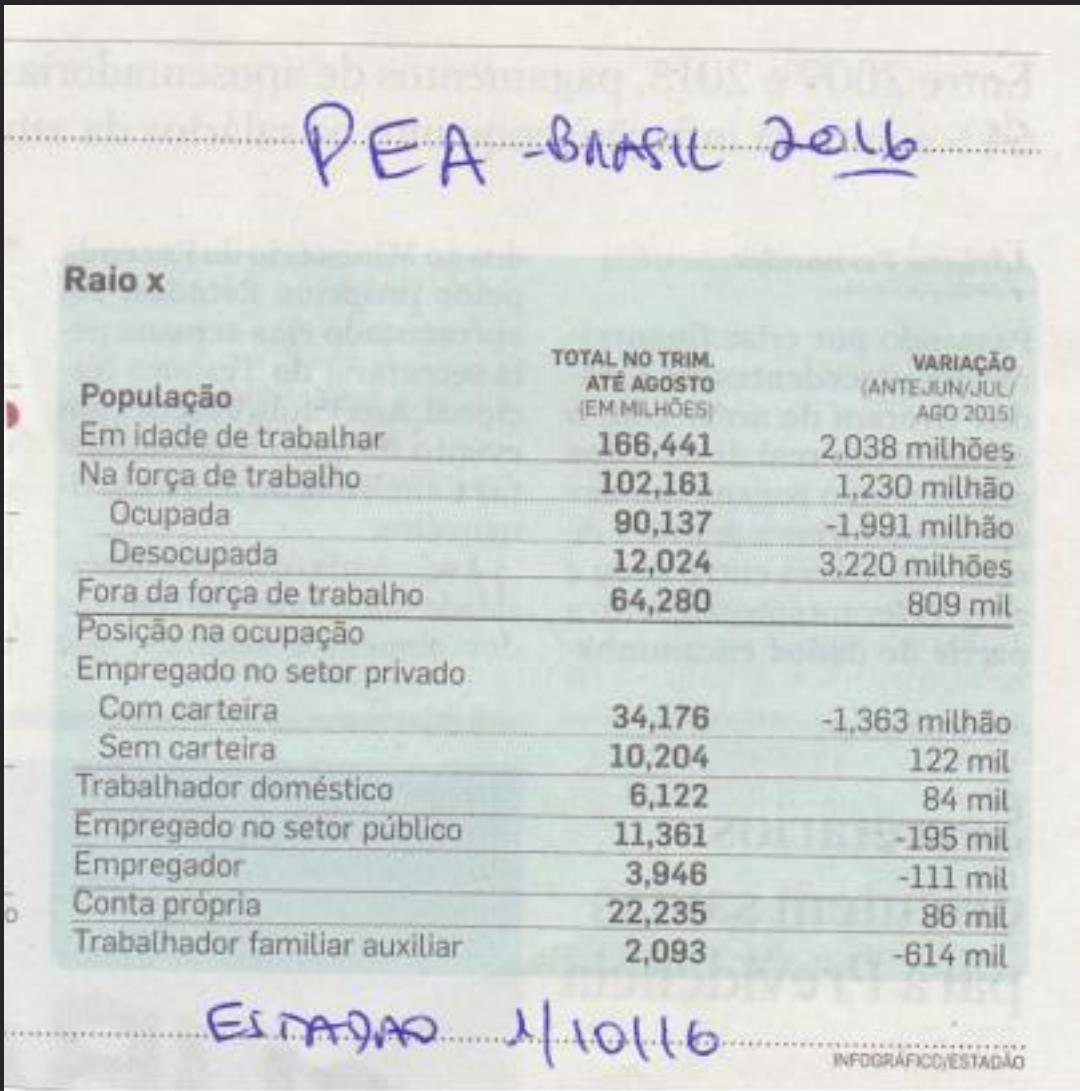
Indicador	2014	2015
Balança de guerra-fria	2,57%	1,13%
Balança	R\$ 20.630	R\$ 20.588
Salário mínimo	R\$ 880	R\$ 3.916 (+12%)
Dólar	R\$ 4,317	R\$ 4,317
Itens	18,11%	18,11%
CDB	13,49%	13,49%

CONJUNTURA / Provisões aumentam 24,7% em relação a 2014 e batem recorde. Para especialistas, com desemprego maior, queda na renda e falência de empresas, instituições financeiras terão de ampliar a poupança para cobrir as perdas com inadimplência.

Reserva de bancos contra calotes vai a R\$ 183,7 bi

Quem perde?

DESEMPREGO e SUB-EMPREGO



Vivendo
com
menos
de um
salário
mínimo

O desemprego e a
recessão aceleraram o
aumento da pobreza no
Brasil em 2016.

Pesquisa mostra que
23,4% da população
economicamente ativa
ganha menos de R\$ 880,
o piso salarial do país. É
o caso de André Santos,
que foi dispensado da
empresa onde
trabalhava. Ele agora
faz bicos de auxiliar de
pedreiro e ganha no
máximo R\$ 700 por mês
para sustentar a mulher
e os quatro filhos.

PÁGINA 8

23,4 % da população ativa
vive com menos de 1 salário
mínimo.

Correio Braziliense de 12/07/2016

PEC 55 afronta a Constituição Federal

- Não controla o gasto mais abusivo do país, que é o gasto com juros
- Aumenta a destinação do orçamento federal para a dívida pública
- Aumenta o privilégio dos mecanismos financeiros que geram a chamada dívida pública
- Privilegia banqueiros
- Burla o art. 167, III, da Constituição
- Compromete os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição
- Afronta os objetivos fundamentais da República constantes do art. 3º Constituição
- Não reduzirá os juros
- Não reduzirá a inflação
- Permitirá que a “sobra” de R\$480 bilhões de 2015 seja transferida a banqueiros
- Favorece esquema fraudulento que cria dívida sem contrapartida
*O gasto que mais precisa ser controlado é o financeiro,
mas a PEC 55 faz justamente o contrário!*

PARADOXO BRASIL



*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*

- **9^a ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **75º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH**
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** ([Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais](#))
- **Penúltimo no ranking do crescimento econômico em 2016**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

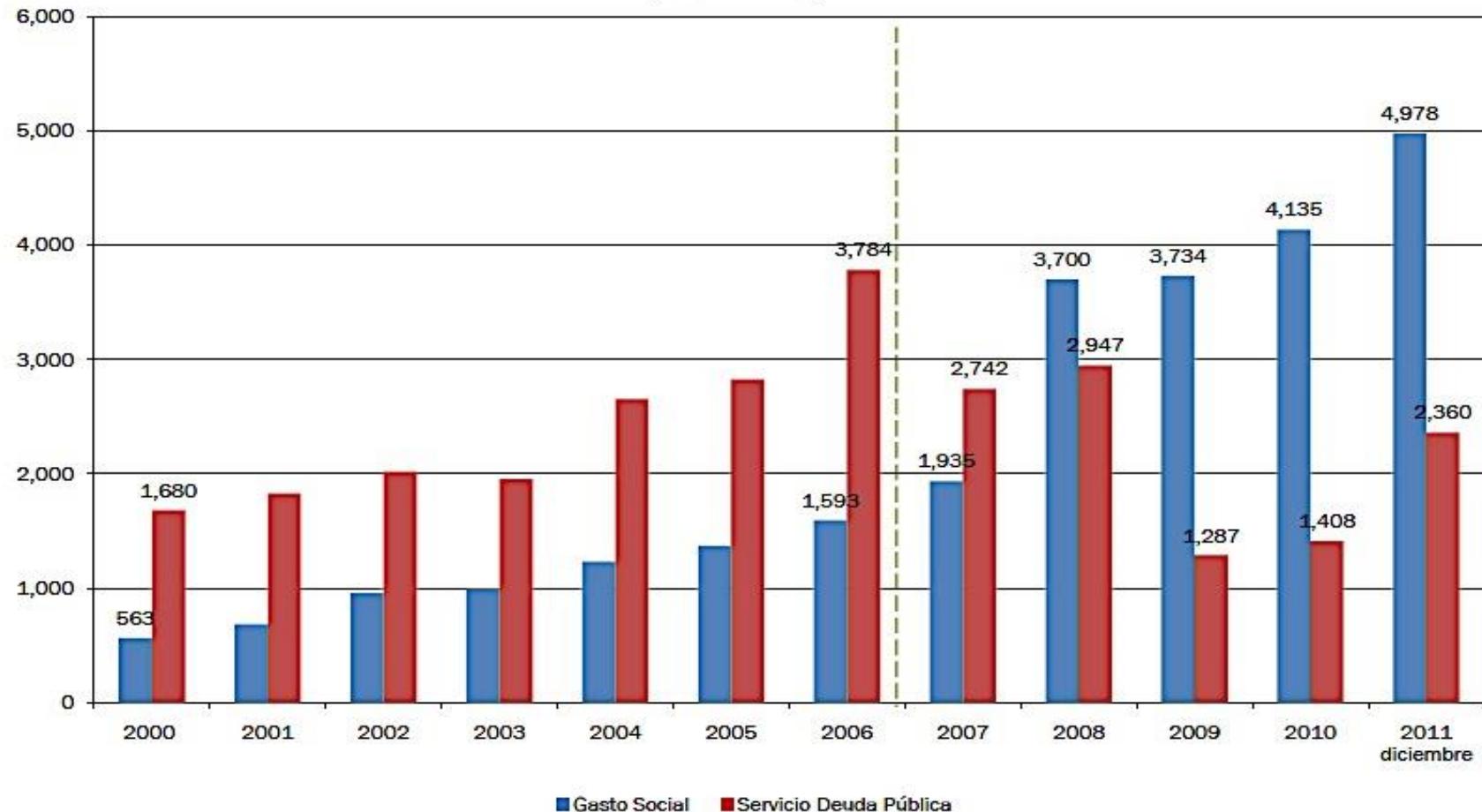
www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

PEC 241 (55) IMPEDE O AUMENTO DE GASTOS SOCIAIS OCORRIDO NO EQUADOR APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA

INVERSIÓN SOCIAL
Evolución Comparada con Respecto a la Deuda Pública
(US\$ millones)



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

É URGENTE MOSTRAR

- A verdade por trás da utilização da chamada “dívida pública” às avessas. A chamada dívida não traz recursos, mas desvia recursos para o setor financeiro nacional e internacional; funciona como o que denomina Sistema da Dívida.
- A verdade por trás da PEC 55 (241), que é o privilégio do setor financeiro e das novas “empresas estatais não dependentes” que estão sendo criadas para gerar mais dívida ainda e transferir recursos públicos para o sistema financeiro, prejudicando todos os serviços prestados à população.
- A verdade por trás do PLS 204 (Senado) e dos PL 181 e 3337 (Câmara), que visam “legalizar” esse esquema fraudulento que envolve as novas empresas estatais não dependentes que estão sendo criadas de forma ilegal por todo o país.

PROPOSTA

- ◆ Sustação da tramitação da PEC 55/2016 no Senado Federal
- ◆ Instituir, nos termos do art. 279, incisos I, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, em cada uma das Comissões do Senado Federal cujas atribuições guardem relação direta ou indireta com o conteúdo tratado na referida Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 (como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, entre outras) uma comissão de peritos para realizar diligências; apurar os reais efeitos da referida PEC em relação aos temas das referidas Comissões; averiguar os aspectos de ilegalidade mencionados na DENÚNCIA apresentada pela Auditoria Cidadã e Consultoria Legislativa do Senado
- ◆ Avançar em alternativas com foco nas amarras que impedem o desenvolvimento socioeconómico do Brasil, conforme denunciadas pelo COFECON e tantos outros especialistas

A apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosos e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. A PEC 55 VAI AGRAVAR ESSA SITUAÇÃO. É urgente sairmos desse cenário de escassez.

Maria Lucia Fattorelli



www.auditoriacidadada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidadada.pagina